

A VISÃO DE PRAZER E SOFRIMENTO DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO ANTE A PRECARIZAÇÃO E A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO - BREVE REFLEXÃO

Jussara Moore de Figueiredo (UFF)
jussaramoore@id.uff.br

Hilda Maria Rodrigues Alevato (UFF)
hilda.alevato@uol.com.br



No contexto atual do mundo do trabalho, onde vivenciam-se mudanças muito rápidas de conceitos, paradigmas, comportamentos e valores, visualiza-se um indivíduo que, entre as exigências da modernização e outras demandas, lida diariamente com novas formas de exploração no trabalho como a precarização, a intensificação e a flexibilização. Levando-se em conta que esse cenário tem contribuído para a modificação do panorama da saúde ocupacional e da qualidade de vida do trabalhador, este texto traz uma breve reflexão teórica acerca das contribuições da psicodinâmica do trabalho em relação ao binômio prazer/sofrimento ante a precarização e a intensificação do trabalho.

Palavras-chaves: Psicodinâmica do trabalho, precarização do trabalho, intensificação do trabalho.

INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo tem vivido mudanças muito rápidas com relação a conceitos, paradigmas, comportamentos e valores. Em especial no que diz respeito ao trabalho, a sociedade atual, em constante transformação, precisa se adaptar a períodos de transição cada vez mais curtos com relação à tecnologia, aos equipamentos, aos conhecimentos e às competências desenvolvidas. Os indivíduos são forçados a processar uma enorme massa de informações, que se renova em tal velocidade que afeta suas relações pessoais, sociais e profissionais.

Para Heloani e Lacman (2004) no atual mundo do trabalho observa-se que:

A reestruturação produtiva [...], a incorporação de novas tecnologias, a precarização das relações de trabalho, a intensificação do ritmo, a diminuição de postos de trabalho, a sobrecarga e a exigência de polivalência dos que permanecem trabalhando têm ampliado e agravado o quadro de doenças e riscos de acidentes, causando afastamentos no trabalho e aposentadorias precoces com forte impacto nas contas do sistema previdenciário. (HELOANI; LACMAN, 2004, p. 79).

Essas mudanças no mundo do trabalho provocam um impacto na vida de indivíduos que são coagidos a conviver com uma lógica de mercado oscilante, uma situação instável e de constante ameaça, vista como um mal inevitável dos tempos modernos (DEJOURS, 1999).

Espera-se que o operário outrora altamente especializado ceda lugar a um profissional mais polivalente, capaz de realizar uma multiplicidade maior de tarefas. No entanto, a rapidez dos avanços tecnológicos e organizacionais impossibilita, por vezes, o acompanhamento cognitivo dessas mudanças, criando um processo de desqualificação permanente do trabalhador, do seu saber-fazer e da sua experiência acumulada. (HELOANI; LACMAN, 2004, p. 79)

Nesse contexto visualiza-se o trabalhador que, entre as exigências da modernização e outras demandas – seja pela quantidade de informações processadas diariamente, seja pelas inovações tecnológicas que se sobrepõem umas às outras – lida diariamente com novas formas de exploração como a precarização, a intensificação e a flexibilização do trabalho (SEGNINI, 1999; ANTUNES 2008; SENNET, 2008; WOLLECK, 2011).

Levando-se em conta que esse cenário tem contribuído para a modificação do panorama da saúde ocupacional e da qualidade de vida do trabalhador, este texto traz uma breve reflexão

teórica acerca das contribuições da psicodinâmica do trabalho – campo de estudos desenvolvido a partir dos esforços do psiquiatra francês Christophe Dejours – em relação ao binômio prazer/sofrimento ante a precarização e a intensificação do trabalho.

Tendo em vista os objetivos deste texto e as características de uma exploração teórica, a metodologia utilizada foi revisão de literatura. Para o desenvolvimento deste artigo foi percorrido o seguinte caminho:

- a) Levantamento bibliográfico sobre o conceito de trabalho, precarização e intensificação do trabalho;
- b) Levantamento bibliográfico sobre a psicodinâmica do trabalho;
- c) Levantamento bibliográfico de autores que correlacionassem os conceitos abordados;
- d) Construção da argumentação.

Para a devida contextualização teórica, apresenta-se um breve histórico sobre o conceito de trabalho, sua precarização na atualidade e a intensificação que caracteriza o momento. Segue-se um item sobre a psicodinâmica do trabalho, resgatando alguns de seus fundamentos. A seguir, são resumidas as reflexões desenvolvidas. Considerações finais fecham o texto.

O CONCEITO DE TRABALHO

A ideia de “trabalho” vem sofrendo mudanças significativas ao longo do tempo, e seu conceito vem ocupando lugar privilegiado nas reflexões teóricas dos últimos séculos. Não obstante, pode-se falar do trabalho humano desde os primórdios da humanidade: “as comunidades de caçadores e coletores 8.000 anos a.C., a incipiente agricultura no Oriente Médio, China, Índia e norte da África, o trabalho escravo nas civilizações antigas e a relação servil na Idade Média são alguns exemplos” (ZANELLI, 2004, p. 28). Na Antiguidade, tinha-se o trabalho como a atividade dos que haviam perdido a liberdade e o seu significado confundia-se com o de sofrimento ou infortúnio. O homem, no exercício do trabalho, sofria com o peso de seu fardo, que além de físico acarretava o peso invisível, porém explícito socialmente, da falta de independência e da falta de liberdade.

Na tradição judaico-cristã, o trabalho associa-se à noção de punição, de maldição, como está registrado no Antigo Testamento (punição do pecado original). Na Bíblia, o trabalho é apresentado como uma necessidade que leva à fadiga e que resulta de uma maldição: "*Comerás o pão com o suor de teu rosto*" (Gn. 3,19). Decorrem desse princípio bíblico o sentido de obrigação, dever e responsabilidade. A equiparação entre trabalho e sofrimento não é o de simples cansaço; representa, também, uma condição social (WOLECK, 2011, p. 2).

Tal sentido atravessou quase toda a Idade Média. Com o desenvolvimento da sociedade mercantilista, e o surgimento da burguesia floresceram as atividades de comércio dentro dos burgos. Até então, o trabalho tinha uma conotação negativa, era considerado uma atividade inferior e sem valor algum, e partir daí tem seu sentido modificado. O aumento da atividade burguesa é o início da valorização do trabalho e da crítica à vida ociosa.

Com os avanços científicos do século XVII, a passagem do feudalismo ao capitalismo e de todas as mudanças socio-históricas daí advindas, a prática do trabalho se consolida na sociedade. Com essas mudanças, o trabalho passou a ter um sentido mais genérico: o de aplicação da energia do homem para o bem da humanidade, transformando a natureza, e colocando-a a serviço de todos, como também o uso das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim (CORREIA, 2000).

O capitalismo – que se iniciou depois da Idade Média, na Europa – trouxe consigo a noção de trabalho regular, do emprego assalariado, que significa a compra da força de trabalho (venda de mão de obra), mediante o pagamento de salários. À medida que essas relações de compra e venda de mão de obra (tipicamente capitalistas) vão se estabelecendo, ocorre cada vez mais a valorização do capital para transformação de matéria prima em mercadorias a serem comercializadas, com o objetivo de se transformarem em riqueza acumulada para os detentores do capital. Cada vez mais, a grande maioria da sociedade depende da venda de sua força de trabalho para sobreviver.

Contradição e precarização no processo de trabalho

Antunes (2008) fala na contradição presente no processo de trabalho, apontando o fato de que o homem, através do trabalho, se diferencia das outras formas de vida animais, por ser esse trabalho uma manifestação consciente e uma forma de expressar sua intelectualidade, mesmo no mais simples trabalho manual. O trabalho é condição fundamental para que o ser humano

exerça sua condição social, e interaja tanto com seus pares como com a natureza. “Através dessa interação radical, existe um processo de transformação constante e recíproco, em que o homem, ao provocar alterações e mudanças na natureza, altera também sua própria natureza humana” (FIGUEIREDO, 2012, p. 31).

Porém, o que deveria tão somente contribuir para o seu desenvolvimento em sociedade e consigo próprio, se converte para o homem em degradação e estranhamento ao ver sua força de trabalho tornar-se mercadoria, na transformação do trabalho assalariado em alienação e em meio de subsistência.

Essa dupla dimensão presente no processo de trabalho que, ao mesmo tempo cria e subordina, emancipa e aliena, humaniza e degrada, oferece autonomia, mas gera sujeição, libera e escraviza, impede que o estudo do trabalho humano seja unilateralizado ou mesmo tratado de modo binário ou mesmo dual (ANTUNES, 2008, p. 4).

É ainda Antunes (2008) que, apontando essa contradição presente no processo de trabalho, adverte sobre sua complexidade, e a importância de ser considerada no estudo de alguns dos dilemas vivenciados pelo trabalhador do século XXI. Dentre tais dilemas, a rápida proliferação do uso de velhas modalidades de trabalho precário com um novo desenho, uma nova apresentação que tem como objetivo recuperar as formas de domínio burguesas:

Proliferaram, a partir de então, as distintas formas de "empresa enxuta", "empreendedorismo", "cooperativismo", "trabalho voluntário", etc, dentre as mais distintas formas alternativas de *trabalho precarizado*. E os capitais utilizaram-se de expressões que de certo modo estiveram presentes nas lutas sociais dos anos 1960, [...] porém *sob clara concepção burguesa*. O exemplo das cooperativas talvez seja o mais eloquente, uma vez que, em sua origem, as cooperativas eram reais instrumentos de luta e defesa dos trabalhadores contra a precarização do trabalho e o desemprego (ANTUNES, 2008, p. 4-5).

Essa precarização pode ser identificada também através das diversas formas de exploração do trabalho, nas quais o trabalhador vem perdendo gradativamente seus direitos e garantias sociais concomitantemente ao crescimento do desemprego e do trabalho ilegal. “Em alguns casos, em prol do lucro empresarial, em outros casos, pela cooptação da máquina estatal pela lógica do mercado” (FIGUEIREDO, 2012, p. 31).

Em Sennett (2008), é possível identificar essa precarização do trabalho ao longo de seu ensaio. Ele visita algumas das modernizações do mundo do trabalho que a princípio se

apresentam aos trabalhadores como conquistas, mas que no discurso do autor são novas formas de dominação e de “corrosão do caráter”.

A expressão “capitalismo flexível”, tão em voga atualmente, é o ataque sistemático à rotina e às formas rígidas de burocracia, vem encobrir mais uma forma de precarização, pois a “ênfase na flexibilidade está mudando o próprio significado do trabalho, e também as palavras que empregamos para ele. [...] O capitalismo flexível bloqueou a estrada reta da carreira, desviando de repente os empregados de um tipo de trabalho para outro.” (SENNETT, 2008, p. 9).

Baseado na sua definição de caráter como “traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”, Sennett (2008, p.10) questiona as relações de trabalho contemporâneo e sua influência nos valores pessoais como a lealdade e os compromissos mútuos. A rotina sempre foi considerada como o grande mal do velho capitalismo. Segundo Adam Smith, citado por Sennett (2008), ela “embrutecia o espírito”.

O problema é que essa rotina tão criticada (baseada no tempo linear) foi substituída por novas e poderosas formas de domínio e controle. Enquanto no velho capitalismo o poder e o controle eram visíveis, através de um patrão que do alto de seu escritório supervisionava e controlava todo o trabalho e regulava o tempo de todos, na tentativa de se livrar deste mal, a nova sociedade introduziu a flexibilização do tempo e do espaço de trabalho. Essa flexibilização – inclusive com a ajuda de aparatos tecnológicos que permitem trabalhar de qualquer lugar, a qualquer hora –, na verdade amplia ainda mais o comando e o controle capitalista.

Como resultado de sua falta de domínio sobre as tarefas – seja pela divisão cada vez maior das especialidades, seja pela rápida obsolescência das competências, das técnicas e dos equipamentos –, o trabalhador se torna descartável e, por isso, necessita estar sempre mudando de área, de empresa, de função, não conseguindo criar vínculos fortes com suas tarefas ou com seus colegas. Nesse rastro, também a busca por cursos e novas habilitações que mantenham a chamada “empregabilidade” estende as jornadas pelas noites e finais de semana, invadindo momentos de lazer e prejudicando a vida familiar e social.

A ausência do longo prazo, a não formação de laços duráveis, a falta de perspectiva de carreira acabam também por “corromper o caráter” dos indivíduos, que depende de tempo para se consolidar, na medida em que só pode se definir o valor do ser humano com base em relações construídas nas interações sociais e esse processo demanda tempo. Laços duradouros são construídos ao longo do tempo e são eles que vão permitir a identificação dos indivíduos dentro do meio social. Sennett (2008) identifica esse aspecto como mais uma forma de precarização do trabalho.

Intensificação do trabalho

Na conceituação encontrada em Dal Rosso (2008), um trabalho é mais intenso quando, sob condições técnicas e de tempo constantes, os trabalhadores que o realizam dispõem de mais energias – físicas, intelectuais, relacionais – com o objetivo de alcançar maiores resultados. O trabalho mais intenso se distingue do trabalho mais produtivo pelo fato de os resultados mais elevados serem obtidos mediante o acréscimo de energias adicionais do trabalhador e não do avanço técnico-científico, como acontece quando se emprega o conceito de produtividade.

Para autores como Segnini (1999), Antunes (2008), Sennett (2008) e Wolleck (2011), a intensificação é apontada como uma nova forma de precarização do trabalho. Dal Rosso (2008) afirma que a intensificação do trabalho como alavanca do crescimento econômico produz implicitamente mais uma forma de exploração da mão de obra.

Antunes (1999) sinaliza para as maneiras como a intensificação do trabalho se apresenta no moderno mundo do trabalho e como essa prática vem se configurando em uma forma muito positiva para o capital, que vem recuperando sua rentabilidade e retomando o antigo ritmo de acumulação.

De fato, trata-se de um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a *intensificação das condições de exploração da força de trabalho*, reduzindo muito ou eliminando tanto o *trabalho improdutivo*, que não cria *valor*, quanto suas formas assemelhadas, especialmente nas atividades de manutenção, acompanhamento, e inspeção de qualidade, funções que passaram a ser diretamente incorporadas ao trabalhador *produtivo*. Reengenharia, *leanproduction*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, fazem parte do ideário (e da prática) cotidiana da "fábrica moderna" (ANTUNES, 1999, p. 53).

Nos estudos sobre a intensidade do trabalho, o primeiro ponto a ser destacado é o que se refere ao grau de energia despendida pelo trabalhador no exercício da atividade de trabalho, seja ela física ou mental: “tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar” (Dal Rosso, 2008, p. 20). É a exigência de maior empenho por parte do indivíduo, o que envolve todas as suas capacidades. A análise da intensidade do trabalho está voltada para os resultados, essa intensificação se dá quando os resultados são quantitativa ou qualitativamente superiores.

Essa compreensão de intensidade pressupõe que toda a atenção esteja concentrada na pessoa do trabalhador, ou no grupo de trabalhadores, e não em outros fatores do processo de trabalho que também possam alterar o resultado final, como, por exemplo, componentes tecnológicos.

Além do envolvimento pessoal, o trabalhador faz uso de relações estabelecidas com outros sujeitos trabalhadores sem as quais o trabalho se tornaria inviável. São levadas em conta na análise da intensificação do trabalho as relações de cooperação com o coletivo dos trabalhadores – a transmissão de conhecimentos entre si que permite um aprendizado mútuo – e as relações familiares, grupais e societais que acompanham o trabalhador em seu dia-a-dia e que se refletem dentro dos locais de trabalho, quer como problemas, quer como potencialidades construtivas. (DAL ROSSO, 2008, p. 21).

Podem-se identificar todos esses princípios da intensificação do trabalho (que envolvem a capacidade do trabalhador e suas relações) em situações vividas em diferentes espaços como, por exemplo, no mundo acadêmico, quando os alunos são submetidos à intensa produção intelectual. Existe, nesse caso, uma intensificação ligada a um forte crescimento da produção, nem sempre de caráter qualitativo.

Pode-se dizer que todo o esforço empregado para trabalhar mais acarreta também mais empenho, mais firmeza, maior engajamento, maior gasto de energia, seja aceitando uma carga de trabalho adicional ou uma tarefa mais complexa.

Resultarão desse envolvimento superior do grupo com o trabalho um desgaste também maior, uma fadiga mais acentuada e correspondentes efeitos pessoais nos campos fisiológico, mental, emocional e relacional. Em suma, para a obtenção de mais ou melhores resultados, em qualquer situação de trabalho que seja, dentro das restrições estabelecidas, o grau de intensidade deverá ser superior em alguma medida. Intensidade são aquelas condições de trabalho que determinam o grau de envolvimento do trabalhador, seu empenho, seu consumo de energia pessoal, seu esforço desenvolvido para dar conta das tarefas a mais (DAL ROSSO, 2008, p. 22).

A PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Os estudos sobre prazer e sofrimento no trabalho, abordados através da atual psicodinâmica do trabalho, tiveram origem na França, na década de 1970, com Christophe Dejours. Inicialmente denominadas de psicopatologia do trabalho, as pesquisas eram centradas

[...] no estudo das dinâmicas que, em situações de trabalho, conduziam ora ao prazer ora ao sofrimento, e o modo como este podia seguir diferentes desdobramentos, [...] ao longo do tempo essa escola ampliou seu enfoque, transpondo a fronteira dos estudos da dinâmica Saúde/Doença. (DEJOURS, 1994, p. 13)

Através das pesquisas de Dejours (1994, 1996) fica evidenciado que a organização do trabalho é a maior responsável pelas consequências favoráveis ou penosas para os processos psíquicos desenvolvidos pelo trabalhador. “A organização do trabalho exerce sobre o homem uma ação específica, cujo impacto é o [...] choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e de desejos e uma organização do trabalho que os ignora.” (DEJOURS, apud MENDES, 1995, p. 34). A organização do trabalho compreende a divisão do conteúdo das tarefas, as normas, os controles e os ritmos do trabalho; em contrapartida, como condições de trabalho encontramos a qualidade do ambiente físico, dos postos de trabalho, equipamentos e materiais disponíveis para a execução do trabalho.

Os estudos do autor destacam o paradoxo existente na vida do trabalhador, pois o trabalho, componente essencial para sua sobrevivência, passa também a pôr em risco sua existência. As consequências desse sofrimento são devastadoras para o indivíduo. Martins e Oliveira (p. 123, 2006,) apontam que “suas estratégias de defesa para o enfrentamento [do sofrimento] não conseguem evitar o adoecimento e preservar seu equilíbrio. As consequências do sofrimento podem afetar a vida do trabalhador, porque o trabalho invade toda a existência do ser humano”.

Entretanto, apesar de todos os esforços empreendidos, as pesquisas iniciais de Dejours não apresentaram o resultado esperado, que seria caracterizar doenças mentais relacionadas à precarização do trabalho. Foi observado, no entanto, que os trabalhadores não sucumbiam às doenças mentais, porém evidenciavam uma fragilização, que levava a doenças corporais ou a

comportamentos considerados defensivos. Encontra-se, em Dejours (1994), a seguinte explicação:

Ocorre que as pesquisas às quais procedemos não trouxeram os resultados pretendidos: destacar a doença mental *caracterizada*. Ao invés disso, descobrimos nos operários especializados submetidos ao trabalho repetitivo, problemas psíquicos que conduziam menos à aparição de doenças mentais clássicas, do que uma fragilização que favorecia a eclosão de doenças do corpo (DEJOURS, 1994, p. 122)

Dejours (1994) sinaliza também que entre o grupo de trabalhadores pesquisados são evidenciados comportamentos que, embora fossem considerados incomuns, não poderiam ser classificados como patológicos. Esse tipo de conduta encontrada entre os trabalhadores foi posteriormente relacionada às estratégias defensivas destinadas a lutar contra o medo e suas consequências mórbidas.

A partir daí, o autor procurou esboçar um novo modelo teórico que pudesse representar não só a doença, o sofrimento, mas também, e sobretudo, as defesas e enfrentamentos desse sofrimento. Com o surgimento da psicodinâmica do trabalho, Dejours passou a pesquisar o sofrimento e o prazer no trabalho sob a ótica da normalidade, na tentativa de vislumbrar as estratégias de defesa usadas pelos trabalhadores para preservar o equilíbrio psíquico.

A psicodinâmica do trabalho, segundo Martins e Oliveira (2006, p. 122), “procura conhecer o que o trabalho significa para o trabalhador, sua importância em questão de valores, expectativas e trajetória existencial de cada um”.

A psicodinâmica do trabalho considera que o trabalho é o lugar tanto do sofrimento quanto do prazer, pois provem da dinâmica das situações surgidas na organização do trabalho. Assim sendo, o trabalho é produto dessa dinâmica, das relações e das ações dos trabalhadores. Nessa perspectiva, portanto, a psicodinâmica estuda a relação homem-trabalho do ponto de vista do normal e, segundo Mendes (p. 36, 1995), dá “ênfase ao estudo da sublimação, ao invés de processos patológicos, porque a energia sublimada é essencial para a construção e a manutenção da economia psicossomática de cada um.”

Entretanto, a normalidade psíquica dos trabalhadores nas situações de trabalho precário e desestabilizante ainda é considerada um enigma. A pergunta que se coloca é: “como os

trabalhadores conseguem, apesar dos constrangimentos da situação de trabalho, preservar um equilíbrio psíquico e manter-se na normalidade?” (DEJOURS, 1996, p. 152).

Para Lancman e Uchida (2003) o que Dejours defende, com o novo foco da psicodinâmica, é que não se deve confundir estado de normalidade, com estado saudável. Se, por um lado, a normalidade pode refletir um estado saudável, por outro, pode ser um sintoma patológico, ou seja, o esforço por manter um precário equilíbrio entre as forças desestabilizadoras do indivíduo e se manter produtivo e atuante. O custo disso é muito sofrimento.

A normalidade conquistada e conservada pela força é, ao contrário, inteiramente trespassada pelo sofrimento. O sofrimento é então definido como o espaço de luta que cobre o campo situado entre, de um lado, o “bem-estar” (para retornar aqui o termo consagrado pela definição de saúde fornecido pela OMS), e, de outro, a doença mental ou a loucura. (DEJOURS, 1996, p. 152)

É ainda a psicodinâmica do trabalho que aponta formas de transformação de sofrimento (patológico) em prazer. A primeira forma para essa transformação seria o reconhecimento. Para a Psicodinâmica do Trabalho existem dois tipos de reconhecimento: o reconhecimento baseado no julgamento de utilidade, advindo dos superiores e, eventualmente, dos clientes e o reconhecimento de estética, cuja origem provém dos colegas (DEJOURS, 2004).

A segunda forma para a transformação do sofrimento em prazer refere-se às estratégias de defesa, citadas anteriormente e elaboradas através de vivências individuais, mas que não repercutir no coletivo. Sabe-se que estas estratégias de defesa, diante do sofrimento no trabalho, são importantes, como propõe Dejours (2004), entretanto, o autor também deixa claro que esta “normalidade” conquistada com o uso de estratégias de defesa, pressupõe um equilíbrio, para que os trabalhadores mantenham-se saudáveis.

A terceira forma é a criação do espaço de discussão coletiva. Esse espaço público de discussão coletiva é caracterizado prioritariamente pela expressão coletiva do sofrimento. É constituído pelos trabalhadores e subentende a compreensão dos meios de comunicação que possibilitam a autoexpressão, a autenticidade e a equidade entre aquele que fala e aquele que escuta. É o local onde opiniões contraditórias podem ser formuladas e declaradas livremente. Essas opiniões são fruto de crenças, valores, escolhas éticas, posições ideológicas e

experiências técnicas diferentes que enriquecem o compartilhamento de idéias e estratégias de mediação das adversidades de diferentes contextos. “É um dos caminhos mais saudáveis para o enfrentamento dos conflitos e do sofrimento decorrente das adversidades organizacionais.” (MENDES, 2007).

O sofrimento humano no trabalho

Para Dejours (1996), o sofrimento é um elemento importante no processo de trabalho, pois é a partir dele que o prazer é alcançado. O autor sinaliza também para a escolha dos trabalhadores por situações de trabalho que envolvam sofrimento, pois estas geram desafios. Os esforços empregados para lutar contra o sofrimento, por vezes desembocam nas descobertas e criações úteis para a humanidade e é nesse ponto que o sofrimento adquire um sentido positivo.

O sofrimento é definido como uma vivência individual ou coletiva, frequente e permanente, muitas vezes inconsciente, de experiências dolorosas como angústia, medo e insegurança provenientes do conflito entre as necessidades de gratificação do binômio corpo-mente e a restrição de satisfazê-las, pelas imposições das situações de trabalho. (MENDES; COSTA; BARROS, 2003, p. 1)

Ao confrontar sua realidade de trabalho, o indivíduo busca significação para as tarefas que realiza mediante a organização do trabalho. Instaurado o conflito, há sobrecarga comportamental e grande insatisfação do trabalhador pela falta de meios de canalização de suas pulsões. O contexto apresentado e o fato do trabalhador estar inserido numa organização de trabalho influenciam seu funcionamento mental, pois ele tem que se submeter a tal organização para sobreviver (DEJOURS, 1996).

Nesse contexto, os mecanismos de defesa ou as estratégias defensivas apontadas pela psicodinâmica têm como principal objetivo encobrir o sofrimento existente, o que explica o fato de trabalhadores apresentarem características de normalidade aparente mesmo estando em processo de sofrimento psíquico (DEJOURS, 1996).

O prazer e o sofrimento estão associados na relação de trabalho através do processo de sublimação, que recomeça sempre numa operação contínua de reversão do sofrimento. Através dessa perspectiva, pode-se compreender que seria um erro tentar eliminar o sofrimento do trabalho; o problema posto para a administração seria o de elaborar condições onde os trabalhadores pudessem gerenciar esse sofrimento em prol da sua saúde e da produtividade. Para Dejours, o sofrimento pode ter como consequência a criação de uma

defesa, expressada através da criatividade usada para transformar esse sofrimento, aumentando a resistência do trabalhador ao risco de desestabilização psíquica e somática, o trabalho funciona assim, como mediador da saúde. Nesse caso tem-se o sofrimento criativo (DEJOURS, 1996).

Dejours (1994) denomina sofrimento criativo o resultado positivo das pressões sofridas pelo indivíduo no trabalho, que possibilita elaborar soluções originais que favorecem ou restituem sua saúde. O sofrimento criativo é pleno de sentido.

O sofrimento criativo não é sinônimo de prazer. Este pressupõe um investimento sublimatório, no qual o prazer sexual infantil será substituído pelo prazer no trabalho. Neste sentido, o trabalho tem que ser uma escolha para o sujeito e espaço da satisfação dos desejos inconscientes. (MENDES, 1995, p. 37)

Nesse contexto, o indivíduo se propõe à ação criativa que promove descobertas, fazendo com que experimente e transforme, de maneira criativa, prática e engenhosa, soluções inéditas frente às situações móveis e cambiantes de seu trabalho. A competência e a engenhosidade, promovidas pela inteligência coletiva ou individual, proporcionam o surgimento de estratégias defensivas, que aliviam ou combatem o sofrimento psíquico.

Quando o uso dessa criatividade é barrado ou quando já foram usados todos os mecanismos possíveis e as pressões continuaram, o sofrimento torna-se patogênico, pois leva ao desequilíbrio psíquico, à descompensação e, conseqüentemente, à doença. Aqui, o trabalho irá funcionar como mediador da desestabilização e da fragilidade da saúde. Nesse caso, tem-se o sofrimento patogênico.

O sofrimento patogênico culmina como resultado das pressões psíquicas de trabalho, principalmente nas organizações de trabalho nos moldes tayloristas, onde há a separação entre concepção e execução das atividades. O ato de não refletir sobre a atividade de trabalho força o trabalhador a alienar-se de todo o processo de produção, obrigando a permanência por longos períodos num tempo/espaço sem sentido.

Confiscando-lhes a concepção, a organização científica do trabalho cria entre os trabalhadores uma clivagem entre o corpo e o pensamento. Nesse sistema, o corpo fica submetido a diretivas elaboradas por uma vontade exterior ao sujeito. (DEJOURS, 1996, p. 152)

Pelo fato de o trabalhador não conseguir pensar sua atividade, este impõe a aceleração de seu ritmo de trabalho, aumentando ainda mais sua capacidade de não pensar. Essa situação promove, no trabalhador, a fadiga e a paralisação do seu funcionamento psíquico, à qual se denomina “repressão pulsional”. (DEJOURS, 1996)

Essa “repressão pulsional”, ou o ato de não pensar, faz com que o trabalhador mantenha-se ocupado o tempo todo, seja com atividades domésticas ou com atividades de trabalho. A insistência por parte do trabalhador em manter essa atividade ininterrupta (que o força a não pensar) promove em sua vida um estado de semi-embotamento, no qual o sujeito não sofre mais, anestesiando por completo seu estado psíquico. Tal estado mental pode ser associado ao surgimento de doenças somáticas crônicas ou ao agravamento de doenças preexistentes. “Assim, o ponto final do sofrimento psíquico ocasionado pelas tarefas anti-sublimatórias pode se manifestar pelo surgimento de uma doença física e não de uma doença mental.” (DEJOURS, 1996, p.163)

REFLEXÕES BREVES

Os estudos desenvolvidos mostram que o mundo do trabalho é bastante complexo, como o é o próprio mundo humano. Na contemporaneidade, aos resíduos de formas históricas de tratar o trabalho e os trabalhadores, somam-se os desafios tecnológicos que vêm revolucionando tempos e espaços laborais. Exigências por atualizações permanentes e constantes põem em xeque saberes e competências e jogam por terra não apenas os antigos sonhos de lindas carreiras, mas também ligações afetivas e processos sociais mais profundos, transformando pessoas em objetos descartáveis e deixando a cada um o desafio de construir-se no turbilhão.

As questões levantadas por Dejours não são novas, mas sua abordagem traz uma contribuição bastante inovadora à compreensão do sofrimento do homem que enfrenta condições de trabalho tão adversas quanto as que vêm sendo enfrentadas ao longo dos séculos. Aqui e ali, a divisão do trabalho alienando e deixando ao trabalhador apenas um movimento vazio e sem sentido, a ser repetido sem questionamento e sem erro. Mais adiante, o aumento das jornadas de trabalho, o ritmo acelerado da produção, a fadiga física, a automação e o fracionamento das tarefas, acarretando graves prejuízos à saúde física e mental dos trabalhadores. Mais além,

novas versões para a exploração da mão de obra. Na outra esquina, formas inovadoras e desafiadoras de trabalhar.

Como ressalta Mendes (1995), cada indivíduo reage de maneira diferente àquilo que encontra na situação de trabalho. De um lado, há uma organização que oferece um modelo de produção, de um modo geral padronizado; de outro, há um indivíduo, que busca satisfação para suas necessidades, seus desejos, seus sonhos. Deste encontro, surge um sofrimento que, se bem resolvido, pode se transformar em criação, em fonte de prazer, em saúde e até em maior produtividade.

No entanto, o que se vê pelos textos estudados, é o domínio do interesse econômico, do lucro a qualquer custo, ignorando o lado humano do trabalho. Precarização do trabalho, intensificação do trabalho – aspectos do cenário contemporâneo que foram destacados neste estudo – são sinônimos de esvaziamento do sentido do trabalho e de uma relação mediada pela dependência de muitos, pela alienação de alguns e pela ganância de outros.

As novas atividades do mundo do trabalho na atualidade dificultam sobremaneira a utilização pelos indivíduos de recursos necessários para transformação do sofrimento em prazer, pois segundo Boyer (2010), não satisfazem as necessidades de reconhecimento, comprometem um relacionamento eficaz entre sofrimento e defesas e dificultam a consolidação da identidade pelo trabalho, como defendia Dejours (1996).

Quando os processos psíquicos são impedidos ou dificultados pelo trabalho, advém o sofrimento que posteriormente pode ocasionar descompensações psicopatológicas. O que tem permitido compreender o risco do trabalho contemporâneo e os danos à estrutura psíquica dos trabalhadores diante dos modernos sistemas automatizados nas indústrias de processo contínuo são principalmente o não reconhecimento, o isolamento no silêncio, na dissimulação e na negação da própria ação (BOYER, 2010).

O modelo teórico da psicodinâmica pode ser aplicado a qualquer situação de trabalho, porém, o estudo da normalidade por si só não faz desaparecer os efeitos psicopatológicos que o trabalho pode exercer nos trabalhadores. Assim, como os autores estudados mostram, a

normalidade não significa ausência de sofrimento, bem como o sofrimento não implica em ausência de prazer.

Destaca-se também na Psicodinâmica do Trabalho a importância do trabalho na formação da identidade. A formação da identidade é vista como processo que se desenvolve ao longo da vida do sujeito, e está ligada à noção de alteridade. Este processo, segundo Lacman,

[...] deixa sempre em aberto uma lacuna, que nunca é preenchida. É a partir do ‘olhar do outro’ que nos constituímos como sujeitos; é justamente na relação com o outro que nos reconhecemos em um processo de busca de semelhanças e de diferenças; são as relações cotidianas que permitem a construção da identidade individual e social, a partir de trocas materiais e afetivas, fazendo com que o sujeito, ao longo de toda a sua vida, constitua sua singularidade em meio às diferenças. Na vida adulta, o espaço do trabalho será o palco privilegiado dessas trocas. Ele aparece como o mediador central da construção, do desenvolvimento, da complementação da identidade e da constituição da vida psíquica. (LANCMAN, 2008, p. 34).

Face às modificações do próprio trabalho no mundo contemporâneo, em particular o crescimento econômico do setor de serviços e o vasto emprego das tecnologias microeletrônicas no contexto produtivo, pode-se perceber que o trabalho se torna menos material, “menos concreto, cedendo terreno à proeminência dos componentes cognitivos, psíquicos e afetivos da carga de trabalho” (BOUYER, 2010), se aproximando assim de uma experiência de maior exigência subjetiva. A carga psíquica desse novo modelo está longe de ser adequadamente avaliada.

Pode-se dizer que o sofrimento é frequentemente enfrentado por parte dos trabalhadores, e esse enfrentamento acontece quando os trabalhadores criam estratégias de mediação, que podem ser do tipo defensivas (levando a minimização da percepção do que os faz sofrer) ou de mobilização coletiva (levando a transformação do sofrimento em prazer).

Não obstante, as estratégias coletivas de defesa também podem servir de escudo impedindo o enfrentamento de situações importantes, levando os indivíduos ao sofrimento e à morbidade e limitando, significativamente, o investimento da criatividade e engenhosidade dos trabalhadores e, conseqüentemente, o reconhecimento de sua contribuição à organização de trabalho.

Como os autores estudados mostram, as vivências de prazer e sofrimento na relação do homem com o trabalho são dialéticas e não podem ser estudadas separadamente, visto que é possível identificar aspectos específicos da organização do trabalho que ora favorecem uma, ora favorecem outra vivência, assim como a dinâmica delas decorrente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança de foco ocorrida nos estudos de Dejours, em 1994, encontra ecos e similaridades, quando se percorre o trajeto das características do trabalho na atualidade. A Psicodinâmica do Trabalho não só trouxe consideráveis contribuições às áreas de Psicologia do Trabalho e das Organizações e Saúde Mental e Trabalho, como também veio suprir uma lacuna existente nos estudos sobre os impactos do trabalho sobre a vida mental, pois reforçou a importância do estudo do trabalho na compreensão não apenas dos processos de adoecimento, mas também da saúde e do prazer.

A pesquisa em psicodinâmica do trabalho com seu foco de investigação na normalidade e não na patologia busca compreender por que indivíduos submetidos a situações de trabalho extremamente penosas – como acontece com os cenários de precarização e de intensificação laboral, aqui discutidos, – e reconhecidamente favorecedoras de adoecimento, ao contrário do esperado, conseguem não adoecer ou enlouquecer. Com isso, busca também romper com o modelo balizado pelas patologias, reforçando os mecanismos de luta e de resistência desenvolvidos pelos próprios trabalhadores, que se traduzem nas estratégias defensivas. A normalidade, antes pautada somente pelo senso comum, é elevada ao *status* de objeto de estudos científicos, trazendo à tona a questão do sofrimento e a relação entre sofrimento e as estratégias de defesa desenvolvidas pelos trabalhadores.

A leitura dos autores pesquisados levanta importantes questões para futuros estudos, como, por exemplo, quando ressalta a descartabilidade de uma mão de obra que não chega a criar vínculos com seus companheiros de trabalho, inviabilizando uma importante fonte de transformação do sofrimento em prazer, oriunda do partilhar, dos momentos de expressão das insatisfações e das vivências comuns. Quais as estratégias que esses trabalhadores privilegiam

para não adoecer? Como funcionam as estratégias destacadas pela psicodinâmica nesses casos?

Outro interessante foco para aprofundamento se refere ao papel das lideranças nas vivências de prazer e sofrimento no trabalho. Ainda que as organizações e as categorias profissionais tenham suas especificidades, há um importante mediador local, capaz de interferir diretamente nas situações cotidianas de prazer e sofrimento. Conforme os autores consultados, o sofrimento se associa às experiências dolorosas oriundas da comparação entre as necessidades do trabalhador e as características do contexto de trabalho. O prazer no trabalho, por seu lado, poderia ser representado pela vivência de experiências de gratificação originadas na satisfação dessas mesmas necessidades. Qual a importância das lideranças para o prazer no trabalho?

Finalizando, é importante não esquecer que o prazer obtido no e pelo trabalho é um conceito impregnado de dualidade já que o prazer está mediado pelo sofrimento transformado. Não é possível falar em prazer, sem introduzir a discussão sobre o sofrimento, ainda que muitas vezes o sofrimento possa significar apenas adoecimento e até morte para os trabalhadores. Ou seja, existe o sofrimento sem o prazer, mas dificilmente o prazer, sem o sofrimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

..... Séc. XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, 2008, São Paulo. *Anais eletrônicos...* São Paulo, FUNDACENTRO, 2008, Mesa 1.

Disponível em:

<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf> Acesso em 21 jun. 2011

FIGUEIREDO, Jussara Moore de. *Estudo sobre a satisfação no trabalho dos profissionais de informação de uma IFES*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

BOUYER, Gilbert Cardoso. *Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate*: “o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador”.

Rev. Bras. Saúde Ocup., São Paulo, v. 35, n. 122, p. 249-259, 2010. Disponível em:

<http://www.fundacentro.gov.br/rbso/BancoAnexos/RBSO%20122%20Contribui%C3%A7%C3%A3o%20da%20psicodin%C3%A2mica.pdf> Acesso em 23 dez. 2012.

LANCMAN, S. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 25-36.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEJOURS, C.; JAYET, Christian; ABDOUCHELI, Elisabeth. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana a análise da relação de prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo : Atlas, 1994.

_____. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, v. 1, 1996, p.150-173.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/prod/v14n3/v14n3a03.pdf> Acesso em 05 jul. 2011.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. 2.ed São Paulo : Martins Fontes, 1989.

HELOANI, Roberto;LANCMAN, Selma. *Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação*. *Prod.* [online]. 2004, vol.14, n.3, p. 77-86. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/v14n3a08.pdf> Acesso em 27 nov. 2012.

LANCMAN, S.; UCHIDA, S. Trabalho e subjetividade: o olhar da Psicodinâmica do Trabalho. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 6, p. 79-90, 2003. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v6/v6a06.pdf> Acesso em 02 set. 2011.

_____. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (Org.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. p. 25-36.

MARTINS, A. C. A.; OLIVEIRA, G. *Trabalho: Fonte de Prazer e Sofrimento e as Práticas Orientais*. 2006. Disponível em: http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/foruns_interdisciplinares_saude/fadiga/fadiga_cap16.pdf Acesso em 11 jul. 2011.

MENDES, A. M. Aspectos Psicodinâmicos da Relação Homem-Trabalho: as contribuições de C. Dejours. *Psicologia, Ciência e Profissão*, p. 34-38, 1995. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v15n1-3/09.pdf> Acesso em 04 jul. 2011.

_____.; COSTA, V. P.; BARROS, P. C. da R. Estratégias de enfrentamento do sofrimento psíquico no trabalho bancário. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. [2003] Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v3n1/artigos/artigo4v3n1.html> Acesso em 30 ago. 2011.

_____. *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MERLO, A. R. C.; MENDES, Ana Magnólia. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 12,

n. 2, p. 141-156, 2009. Disponível em:

<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpst/v12n2/a02v12n2.pdf> Acesso em: 19 set. 2011.

SEGNINI, L. R. P. Reestruturação nos Bancos no Brasil: Desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 67, p. 29-43, 1999.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

WOLECK, Aimoré. *O trabalho, a ocupação e o emprego: uma perspectiva histórica*.

Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev01-05.pdf> Acesso em 08 jun. 2011.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre : Artmed, 2004.